	CADERNO TÉCNICO:	RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS	REV.	INICIAL
		DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL	RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

---

# CADERNO TÉCNICO

## DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS

---

Documento Nº:	RIC/CT/ENG/EMP/001
Revisão:	Inicial
Data de Emissão:	Maior/2026
Aplicação:	Saneamento
Normas de Referência:	ABNT, NTS, IT

**MARÍLIA SP**


MAIO 2026

**RICAMBIENTAL – ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA S/A**

CNPJ: 57.087.515/0001-98

Av. Santo Antônio, nº 1817 – Telefone (14) 3434-0220

[ricambiental.com.br](http://ricambiental.com.br)

	CADERNO TÉCNICO:		RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS		REV.	INICIAL
			DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL		RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

## ÍNDICE DE REVISÕES


REV.	DESCRIÇÃO E/OU FOLHAS ATINGIDAS								
0	EMISSÃO INICIAL. 								
Data:	REV. Ø	REV. 001	REV. 002	REV. 003	REV. 004	REV. 005	REV. 006	REV. 007	REV. 008
	20/05/2026								

**RICAMBIENTAL – ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA S/A**

CNPJ: 57.087.515/0001-98


Av. Santo Antônio, nº 1817 – Telefone (14) 3434-0220

[ricambiental.com.br](http://ricambiental.com.br)

	CADERNO TÉCNICO:		RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS		REV.	INICIAL
			DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL		RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	4
2. OBJETIVOS .....	5
3. LEIS, NORMAS E DOCUMENTOS A SEREM SEGUIDOS .....	5
4. ETAPAS DO PROCESSO PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS .....	8
4.1. Etapa 01 – Certidão de Diretrizes .....	8
4.1.1. Sistema de Abastecimento de Água (SAA) .....	9
4.1.2. Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) .....	10
4.2. Etapa 02 – Análise e aprovação de projetos .....	11
4.3. Etapa 03 – Aviso de início de obras .....	14
4.4. Etapa 04 – Fiscalização de obras .....	15
4.5. Etapa 05 – Termo de Verificação de Obras (TVO) .....	16
4.6. Etapa 06 – Contrapartida .....	18
4.7. Etapa 07 – Interligações de água e esgoto .....	18
4.8. Etapa 08 – Individualização cadastral .....	19
4.9. Etapa 09 – Recebimento das Infraestruturas .....	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	23

	CADERNO TÉCNICO:	RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS	REV.	INICIAL
		DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL	RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

## 1. INTRODUÇÃO

Este documento foi elaborado para orientar empreendedores, projetistas e construtores sobre os procedimentos necessários para aprovação e execução de novos empreendimentos no município de Marília, sujeitos a aprovação e recebimento de infraestruturas pela Concessionária RIC Ambiental.


As disposições aqui estabelecidas aplicam-se aos empreendimentos enquadrados na Lei Complementar Municipal nº 830, de 28 de junho de 2018, que estabelece as normas para fornecimento de diretrizes técnicas, viabilidade, aprovação, interligação e contrapartida para:

- 1) Empreendimentos comerciais e industriais com mais de 300 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados) de área a construir, realizar e/ou ampliar;
- 2) Edifícios residenciais e residências multifamiliares em geral (quitinetes com cinco unidades habitacionais ou mais);
- 3) Residências unifamiliares com cinco unidades habitacionais ou mais em um único lote;
- 4) Parcelamento de solo como loteamentos, reloteamentos, condomínios residenciais, comerciais ou industriais, horizontais ou verticais;
- 5) Conjuntos habitacionais verticais ou horizontais de natureza pública ou privada.

As disposições aplicam-se a todos os empreendimentos enquadrados nos pré-requisitos supracitados, desde que haja comprovação de consumo mensal de água acima de 50.000 (cinquenta mil) litros.

Todos os projetos de condomínios, conjuntos habitacionais, loteamentos, vilas, sítios de recreio, chácaras e outros, devem ser previamente submetidos à análise da RIC Ambiental, para que esta se manifeste acerca da viabilidade técnica quanto aos serviços de água e esgoto.

Por se tratar de um documento dinâmico que permite atualizações frequentes, cuja periodicidade de revisão ocorrerá conforme necessidade e avanços nos processos implantados pela Concessionária, este poderá sofrer alterações a qualquer tempo, sem aviso prévio, sendo a versão vigente disponibilizada no site oficial da RIC Ambiental: <https://ricambiental.com.br/>.

	CADERNO TÉCNICO:		RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS		REV.	INICIAL
			DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL		RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

## 2. OBJETIVOS

Apresentar as recomendações técnicas da RIC para novos empreendimentos, com os seguintes objetivos específicos:


- Orientar empreendedores, projetistas e construtores quanto aos critérios adotados para análise e aprovação de projetos;
- Padronizar as estruturas físicas das unidades operacionais dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como as redes de abastecimento de água e coletoras de esgoto, a serem construídas;
- Estabelecer as condições para recebimento das estruturas e interligação aos sistemas públicos de água e esgoto.


## 3. LEIS, NORMAS E DOCUMENTOS A SEREM SEGUIDOS


Além das recomendações técnicas aqui elencadas, devem ser observadas e seguidas as normas, leis e resoluções nacionais vigentes, em especial os documentos listados na Tabela 1.

Tabela 1 – Leis, normas e documentos.

DOCUMENTO	TÍTULO
Lei Complementar 938/2022	Autoriza a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário; transforma o DAEM em Agência Reguladora
Decreto 14.440/2024	Regulamento dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Marília
Decreto 14.441/2024	Aprova o regulamento dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Marília, de que trata o anexo V da Lei Complementar nº 938/2022, revoga o decreto nº 11.183/2014 e dá outras providências
Lei Ordinária 9341/2025	Estabelece normas de proteção contra incêndio e de instalação de hidrantes urbanos, e dá outras providências. Revoga as leis 3388/1989 e 5451/2003
Lei Municipal 7.439/2012	Modifica a Lei 5.451/2003
Lei municipal 7.970/2016	Dispõe sobre a medição individualizada de consumo de água e esgoto em edificações prediais verticais ou condomínios
Lei municipal 830/2018	Estabelece normas para o fornecimento de diretrizes técnicas, viabilidade, aprovação, interligação e contrapartida de empreendimentos
NBR 5626	Instalação predial de água fria
NBR 5667	Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil - Partes 1, 2 e 3
NBR 5688	Tubos e conexões de PVC-U para sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação - Requisitos

	CADERNO TÉCNICO:		RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS		REV.	INICIAL
			DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL		RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL
DOCUMENTO	TÍTULO			
NBR 6484	Solo – Sondagens de simples reconhecimento com SPT – Método de Ensaio			
NBR 6492	Representação de projetos de arquitetura			
NBR 7367	Projeto e assentamento de tubulações de PVC rígido para sistemas de esgoto e abastecimento			
NBR 7968	Diâmetros nominais em tubulações de saneamento nas áreas de rede de distribuição, adutoras, redes coletoras de esgoto e interceptores.			
NBR 8160	Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução			
NBR 8196	Desenho Técnico – Emprego de escalas			
NBR 8402	Execução de caráter para escrita em desenho técnico - Procedimento			
NBR 8403	Aplicação de linhas em desenhos – Tipos de linhas – Larguras das linhas - Procedimento			
NBR 8404	Indicação do estado de superfícies em desenhos técnicos - Procedimento			
NBR 9050	Acessibilidade a Edificações Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos			
NBR 9648	Estudo Técnico Preliminar de sistemas de esgoto sanitário - Procedimento			
NBR 9649	Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário - Procedimento			
NBR 9800	Critérios para lançamento de efluentes líquidos industriais no sistema coletor público de esgoto sanitário - Procedimento			
NBR 9814	Execução de rede coletora de esgoto sanitário - Procedimento			
NBR 10067	Princípios gerais de representação em desenho técnico - Procedimento			
NBR 10068	Folha de desenho - Leiaute e dimensões - Padronização			
NBR 10160	Tampões e grelhas de ferro fundido dúctil - Requisitos e método de ensaios			
NBR 10582	Apresentação da folha para desenho técnico - Procedimento			
NBR 10647	Desenho técnico - terminologia			
NBR 11885	Grade de barras retas, de limpeza manual – Requisitos gerais			
NBR 12207	Projeto de interceptores de esgoto sanitário			
NBR 12208	Projeto de estações elevatórias de esgoto sanitário - Procedimento			
NBR 12209	Elaboração de projetos hidráulico-sanitários de Projeto de estações de tratamento de esgoto sanitário			
NBR 12211	Estudos de concepção de sistemas públicos de abastecimento de água - Procedimento			
NBR 12212	Projeto de poço tubular para captação de água subterrânea - Procedimento			
NBR 12213	Projeto de captação de água de superfície para abastecimento público - Procedimento			

	CADERNO TÉCNICO:		RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS		REV.	INICIAL
			DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL		RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL
DOCUMENTO	TÍTULO			
NBR 12214	Projeto de sistema de bombeamento de água para abastecimento público - Procedimento			
NBR 12215	Projeto de adutora de água			
NBR 12216	Projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público - Procedimento			
NBR 12217	Projeto de reservatório de distribuição de água para abastecimento público - Procedimento			
NBR 12218	Projeto de rede de distribuição de água para abastecimento público - Procedimento			
NBR 12266	Projeto e execução de valas para assentamento de tubulação de água, esgoto ou drenagem urbana			
NBR 12288	Representação simplificada de furos de centro em desenho técnico			
NBR 12298	Representação de área de corte por meio de hachuras em desenho técnico - Procedimento			
NBR 12587	Cadastro de sistema de esgotamento sanitário - Procedimento			
NBR 13059	Grade fixa de barras retas com limpeza mecanizada - Especificação			
NBR 13133	Execução de Levantamento Topográfico			
NBR 13142	Desenho técnico - Dobramento de cópia			
NBR 13160	Grade fixa de barras curvas, com limpeza mecanizada			
NBR 13272	Desenho técnico - Elaboração das listas de itens			
NBR 13273	Desenho técnico - Referência a itens			
NBR 14486	Sistemas enterrados para condução de esgoto sanitário - Projeto de redes coletoras com tubos de PVC			
NBR 16682	Projeto de linha de recalque para sistema de esgotamento sanitário - Requisitos			
NBR 16085	Poços de visita e inspeção pré-moldados em concreto armado para sistemas enterrados - Requisitos e métodos de ensaio			
NTS 181	Dimensionamento do ramal predial de água, cavalete e hidrômetro – Primeira ligação			
NR's	Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho - MTE			
IT Nº 22/2019	Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio			
IT Nº 23/2019	Sistemas de chuveiros automáticos			
Decreto 63.911	Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo			

	CADERNO TÉCNICO:		RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS		REV.	INICIAL
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL	RESP.	DATA	20/05/2026
			ENGENHARIA COMERCIAL	

#### 4. ETAPAS DO PROCESSO PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS

Os empreendimentos que se enquadrarem aos pré-requisitos descritos na introdução, devem seguir as etapas de processo do fluxograma abaixo, sendo seu cumprimento condicionante para a interligações nos sistemas de água e esgoto, emissão de declarações de conformidade, como o Termo de Verificação de Obras (TVO), e o recebimento das infraestruturas pela Concessionária, quando for o caso.

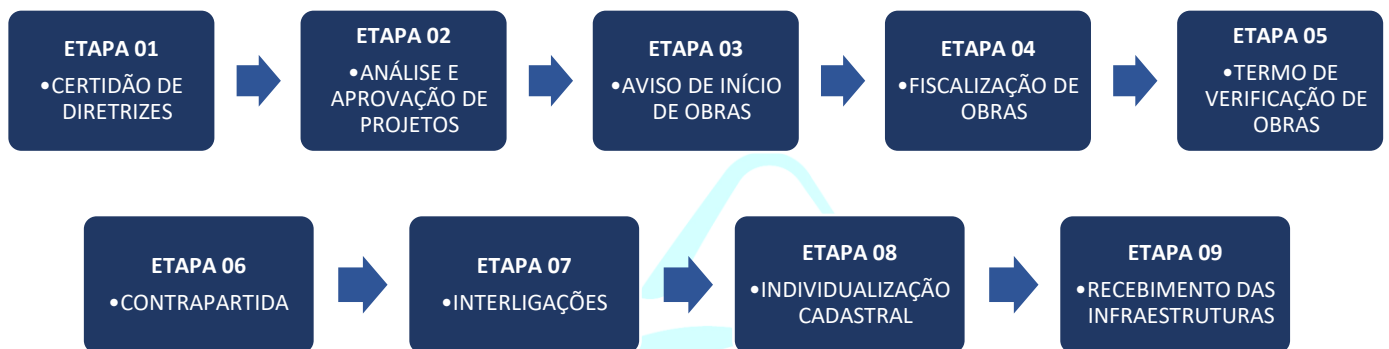


Figura 1 – Etapas do processo para novos empreendimentos.

##### 4.1. Etapa 01 – Certidão de Diretrizes

A Certidão de Diretrizes é regulamentada pela Lei Municipal Complementar nº 830, de 28 de junho de 2018, que estabelece normas para o fornecimento de diretrizes técnicas e viabilidade de empreendimentos, por meio de estudos realizados pela Concessionária, considerando o aumento de infraestruturas geradas pelo empreendimento.


A solicitação da Certidão de Diretrizes, juntamente com toda documentação necessária e obrigatória, deve ser protocolada por meio do e-mail: [protocolo.eng@ricambiental.com.br](mailto:protocolo.eng@ricambiental.com.br).

A análise da solicitação será realizada após o envio do comprovante de pagamento da **Taxa de Análise no valor de R\$ 201,10 (Duzentos e um reais e dez centavos)** e da apresentação de toda a documentação.

Documentação necessária e obrigatória:

- 1) Encaminhar o [Formulário RIC/FORM/ENG/001](#), preenchido e assinado (*clique sobre o nome do formulário para acessar*);
- 2) Se houver, apresentar a conta de água do lote/imóvel;



	CADERNO TÉCNICO:	RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS	REV.	INICIAL
		DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL	RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

- 3) Alvará de construção;
- 4) Documentos de identificação do proprietário (RG, CPF ou CNH). Caso o protocolo seja feito por terceiros, apresentar procuração ou documentos semelhantes;
- 5) Para empresas, apresentar cartão CNPJ;
- 6) Certidão de uso de solo atualizada (emitida pela Secretaria de Serviços Urbanos) Decreto 13.235/21;
- 7) Cópia da certidão de matrícula atualizada;
- 8) Croqui de localização do empreendimento;
- 9) Planta de implantação do empreendimento (opcional);
- 10) Se houver Certidão de Diretrizes emitida anteriormente, deve ser apresentada (Para o caso de Renovação de Certidão).

O prazo de análise para elaboração da Certidão de Diretrizes pela Concessionária é de **30 (trinta) dias corridos**, a contar da data do envio de documentação supracitada acima. Além disso, o seu envio ao empreendedor está condicionado ao encaminhamento do comprovante de pagamento da taxa de análise.

A Certidão possui validade de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, podendo ser renovada mediante novo requerimento. Recomenda-se que, até a aprovação definitiva do projeto, o empreendedor mantenha a certidão válida sob risco de ocorrer alterações nas diretrizes inicialmente fornecidas, tendo em vista a implantação de novos empreendimentos que também podem demandar a infraestrutura existente, próximo ao empreendimento em análise.

A Certidão de Diretrizes é intransferível e vincula-se ao empreendimento, sua atividade, área e titularidade, onde qualquer alteração, a qualquer tempo, deve ser comunicada e implicará em nova análise.

#### 4.1.1. Sistema de Abastecimento de Água (SAA)

No que se refere ao sistema de abastecimento de água, a Certidão de Diretrizes informará se, na região onde será implantado o empreendimento, as seguintes condições:

	CADERNO TÉCNICO:	RIC/CT/ENG/EMP/001	
	<b>DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS</b>	REV.	INICIAL
		DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL	RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

**1) Caso haja capacidade disponível de abastecimento:**

O empreendedor deve atender ao disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 830/2018, contribuindo com recursos financeiros, como contrapartida, para obter o abastecimento público de água. Ficando sob responsabilidade do empreendedor a execução de toda a infraestrutura necessária para interligação no sistema público, respeitando a localização informada na Certidão de Diretrizes, para tal finalidade.

É de responsabilidade da Concessionária a execução da interligação, mediante ao pagamento da taxa, conforme mencionado anteriormente.

O valor da contrapartida será especificado na Certidão de Diretrizes, conforme metodologia de cálculo prevista na legislação.

**2) Caso não haja capacidade de abastecimento disponível:**

Ainda de acordo com o disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 830/2018, será instituída a implantação de sistema próprio de abastecimento, mediante perfuração de poço profundo com capacidade para atender à demanda do empreendimento, incluindo todas as estruturas complementares, como:

- Sistema de tratamento;
- Reservação;
- Rede de distribuição interna;
- Macromedicação e micromedicação;
- Demais dispositivos necessários.

Quanto à reservação interna, será exigido volume suficiente para garantir abastecimento contínuo por até 24 horas, acrescido da reserva técnica de incêndio.

No que se refere à proteção e combate a incêndio, devem ser observadas as legislações municipais vigentes, especialmente as Leis nº 9.341/2025 e 7.439/2012.

#### 4.1.2. Sistema de Esgotamento Sanitário (SES)

Com base na localização do empreendimento, referências topográficas e estimativa de ocupação informadas no formulário, será definido na Certidão de Diretrizes, as estruturas necessárias ao sistema de esgotamento sanitário, podendo exigir:


- Interligação em poço de visita (PV) existente ou a ser construído;

**RICAMBIENTAL – ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA S/A**

CNPJ: 57.087.515/0001-98

Av. Santo Antônio, nº 1817 – Telefone (14) 3434-0220

[ricambiental.com.br](http://ricambiental.com.br)

	CADERNO TÉCNICO:		RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS		REV.	INICIAL
			DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL		RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

- Construção, duplicação ou reforço de rede coletora e/ou emissário;
- Implantação de Estação Elevatória de Esgoto (EEE);
- Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE);
- Outras estruturas complementares necessárias.

#### 4.2. Etapa 02 – Análise e aprovação de projetos

O empreendedor deve elaborar os projetos dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário em conformidade com a Certidão de Diretrizes vigente, legislações aplicáveis, normas técnicas e as diretrizes deste documento.

- 1) A análise da solicitação será realizada após o envio do comprovante de pagamento da Taxa de Análise e da apresentação de toda a documentação. O Setor de Protocolo entrará em contato para informar os valores e a forma de pagamento.
- 2) Os valores da Taxa de Análise variam conforme número de unidades do empreendimento:

Tabela 2 – Valores de taxas de análise para análise e aprovação de projetos.


TAXA DE ANÁLISE*	VALORES
Aprovação de projetos de água/esgoto até 250 unidades:	R\$ 261,40
Aprovação de projetos de água/esgoto até 500 unidades:	R\$ 402,20
Aprovação de projetos de água/esgoto até 1000 unidades:	R\$ 532,90
Aprovação de projetos de água/esgoto acima de 1000 unidades:	R\$ 663,60

\*Valores das taxas de acordo com a Proposta Comercial de Concessão.


- 3) A solicitação da Análise de Projeto, juntamente com toda documentação necessária e obrigatória, deve ser protocolada, em formato PDF, por meio do e-mail: [protocolo.eng@ricambiental.com.br](mailto:protocolo.eng@ricambiental.com.br), e ser entregue 01 (uma) via física no Setor da Engenharia, localizado na Av. Santo Antônio, nº 1.817, Bairro Somenzari, Marília/SP;
- 4) Documentação necessária e obrigatória:
  - a. Encaminhar o [Formulário RIC/FORM/ENG/002](#), preenchido e assinado (*clique sobre o nome do formulário para acessar*);
  - b. Cópia da Certidão de Matrícula atualizada;
  - c. Cópia da Certidão de Diretriz válida (**dentro dos 180 dias**) que originou os projetos;

**RICAMBIENTAL – ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA S/A**

CNPJ: 57.087.515/0001-98  
 Av. Santo Antônio, nº 1817 – Telefone (14) 3434-0220  
[ricambiental.com.br](http://ricambiental.com.br)

	CADERNO TÉCNICO:	RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS	REV.	INICIAL
		DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL	RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

- d. Projetos completos dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e Esgotamento Sanitário (SES), projetos elétricos e hidromecânicos, em conformidade com as Normas Técnicas da ABNT e Recomendações Técnicas da Concessionária RIC Ambiental, em formato DWG georreferenciados e PDF;
  - e. Memorial descritivo;
  - f. Memorial de cálculo;
  - g. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) responsável(is) técnicos pelos projetos;
  - h. A Lista Mestra (índice de projetos) consta no *Formulário RIC/FORM/ENG/002*, devendo ser preenchida e organizada conforme sequência que os documentos serão apresentados fisicamente.
- 5) Os projetos e memoriais devem ser apresentados em pastas ou encadernados, separados por sistema de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário, de modo a possibilitar sua fácil manipulação e análise;
  - 6) Caso a RIC julgue necessário, poderão ser solicitados outros documentos técnicos para complementar a análise do projeto;
  - 7) Devem ser apresentados os projetos de todos os componentes que integram o sistema de abastecimento de água, desde a produção, nos casos em que houver captação por poços, até o ramal de interligação nas economias;
  - 8) Para o sistema de esgotamento sanitário, devem igualmente ser apresentados todos os projetos referentes à coleta, transporte, e quando houver, ao tratamento dos efluentes;
  - 9) No caso de necessidade de substituição de projeto previamente aprovado, o interessado deve protocolar solicitação formal de “*Substituição de Projeto Aprovado*” junto ao Setor de Protocolo da RIC;
  - 10) Caso a Certidão de Diretrizes utilizada para a aprovação inicial não esteja vigente, ou caso a alteração pretendida esteja em desacordo com as diretrizes nela estabelecidas, o interessado deve, previamente, requerer nova Certidão de Diretrizes que contemple as modificações pretendidas (mediante análise de viabilidade técnica pela Concessionária);

	CADERNO TÉCNICO:	RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS	REV.	INICIAL
		DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL	RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL


- 11) Após a análise e aprovação do projeto de substituição, o projeto anteriormente aprovado será automaticamente revogado e arquivado, passando a ter validade exclusivamente o projeto substituído;
- 12) Da mesma forma que o projeto inicial, o projeto de substituição deve atender às Normas Técnicas vigentes, ao Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto da RIC em vigor e estar em conformidade com a Certidão de Diretrizes vigente para o empreendimento;
- 13) O prazo para análise e/ou reanálise de projeto inicial e/ou de substituição é de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da entrega de toda a documentação citada anteriormente, bem como, o pagamento da taxa de análise e envio do comprovante;
- 14) Caso o projeto tenha pendências e/ou desconformidades com o caderno técnico e normas vigentes, a RIC emitirá documento especificando as pendências para reanálise e aprovação do projeto. Com isso, o prazo para reanálise será de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de apresentação dos projetos com as correções e/ou complementações, em via física e digital;
- 15) Em caso de aprovação, o Setor de Protocolo entrará em contato solicitando a entrega de 02 (duas) vias físicas adicionais, além da via já encaminhada no pedido, totalizando 03 (três) vias do projeto. Destas, 01 (uma) via permanecerá arquivada na RIC, e as 02 (duas) vias restantes serão devolvidas ao empreendedor;
- 16) Todas as pranchas e documentos técnicos que compõem o projeto, plantas, memoriais, especificações técnicas, formulários, entre outros, **devem estar assinados pelo proprietário e pelo responsável técnico**, com a indicação do número das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de cada área, quando houver, devendo ainda ser reservado espaço para a aprovação e carimbo da Concessionária;
- 17) Detalhes acerca da apresentação dos desenhos, como escalas das peças gráficas, conteúdo mínimo das pranchas, entre outros, serão especificados na **Caderno Técnico RIC/CT/ENG/002 – Diretrizes e especificações técnicas para elaboração de projetos**, conforme as unidades do sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto;

**RICAMBIENTAL – ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA S/A**

CNPJ: 57.087.515/0001-98

Av. Santo Antônio, nº 1817 – Telefone (14) 3434-0220

[ricambiental.com.br](http://ricambiental.com.br)

	CADERNO TÉCNICO:		RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS		REV.	INICIAL
			DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL		RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

18) O memorial deve ter caracterização sucinta do empreendimento, contendo no mínimo:

- a. Identificação do empreendimento: nome, proprietário, localização, vias de acesso, tipo de edificação;
- b. Estimativa da população inicial e final do plano;
- c. Estimativa das demandas de água potável e as vazões de esgotos a serem gerados ao longo do tempo de implantação do empreendimento, apresentando e justificando os parâmetros de cálculos adotados;
- d. Dimensionamento de vazões e reservação;
- e. Descrição dos materiais, equipamentos e técnicas construtivas que serão empregadas em todas as etapas das obras (escavações, movimentos de terra, assentamento de tubulações, entre outros.);
- f. As normas técnicas observadas na elaboração projeto; quadros, gráficos e tabelas inseridas preferencialmente no próprio corpo do texto.


19) O memorial de cálculo deve conter dimensionamentos e estudos gráficos que tenham sido elaborados para obtenção das definições do projeto, em todas as suas fases. Os resultados obtidos devem ser comparados com os critérios e parâmetros preconizados em Normas Técnicas e/ou literatura específicas. Ademais, devem ser citadas as fontes dos referidos critérios e parâmetros adotados para os cálculos, sendo que a fonte de consulta deve ser citada junto ao cálculo da unidade dimensionada;

20) Os projetos aprovados bem como, documentos complementares, tem a validade de 02 (dois) anos, a contar da sua data de aprovação. Caso o empreendedor não realize a comunicação de início de obras e/ou altere o escopo do empreendimento, fica revogado a aprovação bem como a Certidão de Diretrizes, necessitando apresentar nova documentação para início do processo novamente.

#### 4.3. Etapa 03 – Aviso de início de obras

O início das obras do empreendimento deve ser comunicado à Concessionária, para fins de acompanhamento, fiscalização dos serviços e conferência dos materiais.



	CADERNO TÉCNICO:		RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS		REV.	INICIAL
			DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL		RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

Conforme o Art. 123, incisos VIII e X, do Regulamento da Concessionária, o início de obras e serviços de instalações de água ou de esgoto sanitário em loteamento ou grupamento de edificação, bem como o emprego de materiais, peças e dispositivos não aprovados, serão punidos com multas, independentemente de intimação.

O aviso de obras deve ser encaminhado, juntamente com toda documentação necessária e obrigatória, no e-mail: [protocolo.eng@ricambiental.com.br](mailto:protocolo.eng@ricambiental.com.br). Para esse serviço, não há emissão de taxa.

Documentação necessária e obrigatória:

- Encaminhar o [Formulário RIC/FORM/ENG/003](#), preenchido e assinado (*clique sobre o nome do formulário para acessar*);
- Projetos dos Sistemas de Água e Esgotamento Sanitário aprovados;
- Certidão de Diretrizes que originou os projetos;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução;
- Alvará emitido pela Prefeitura Municipal de Marília.

#### 4.4. Etapa 04 – Fiscalização de obras

A fiscalização tem como objetivo acompanhar a execução das obras no que tange as infraestruturas de água e esgoto, verificando se os serviços estão de acordo com os projetos aprovados, a Certidão de Diretrizes e normas técnicas vigentes.

As vistorias poderão ocorrer em qualquer fase da obra, com ou sem agendamento, e serão realizadas por fiscais identificados. Durante as inspeções, deve ser garantido livre acesso às áreas de intervenção, bem como a disponibilização dos documentos e informações necessários.


Caso sejam identificadas não conformidades, a Concessionária procederá com notificação para o empreendedor, que deve realizar as correções dentro dos prazos estabelecidos. A fiscalização não isenta os responsáveis pelas obrigações técnicas e legais quanto à qualidade e segurança dos serviços executados.

Conforme o Art. 123 do Regulamento da Concessionária, estão sujeitas à aplicação de multa, independentemente de notificação prévia, as seguintes infrações:

- Intervenção de qualquer modo nas instalações do serviço público de água ou de esgoto sanitário;

**RICAMBIENTAL – ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA S/A**

CNPJ: 57.087.515/0001-98  
Av. Santo Antônio, nº 1817 – Telefone (14) 3434-0220  
[ricambiental.com.br](http://ricambiental.com.br)

	CADERNO TÉCNICO:		RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS		REV.	INICIAL
			DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL		RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

- II – Ligação de qualquer canalização às redes públicas de água ou esgoto sanitário;
- III – Violação ou retirada de hidrômetro ou de limitador de consumo;
- IV – Derivação de uma instalação predial para suprimento de outro imóvel ou economia;
- V – Intercalação de dispositivo no alimentador predial para suprimento de outro imóvel ou economia;
- VI – Intervenção no ramal predial e no coletor predial;
- VII – Violação do selo nos casos de interrupção do fornecimento de água;
- VIII – Início de obra e de serviços de instalações de água ou de esgoto sanitário em loteamento ou grupamento de edificação, sem autorização da Concessionária;
- IX – Início de obra e de serviços de instalação predial de água e de esgoto sanitário, sem autorização da Concessionária;
- X – Emprego nas instalações de água e esgoto sanitário de materiais, peças e dispositivos que não sejam aprovados pela Concessionária, inclusive ventosas;
- XI – Desobediência às instruções da Concessionária na execução de obras e serviços de instalações de água ou de esgoto sanitário.


#### 4.5. Etapa 05 – Termo de Verificação de Obras (TVO)

Após a execução das obras e antes das interligações aos sistemas públicos, a Concessionária realizará vistoria técnica nas infraestruturas implantadas para verificar a conformidade com os projetos aprovados e normas técnicas. Estando tudo regular, será atestado a execução das obras de infraestruturas dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O documento será emitido com base nos serviços executados e nos projetos aprovados, não sendo permitidas alterações durante a obra sem autorização prévia da Concessionária.

Caso haja alterações justificadas e autorizadas pela RIC, deve ser apresentado os projetos e memoriais descritivos e de cálculo “*As Built*”. Para esse serviço, não há emissão de taxa.




	CADERNO TÉCNICO:	RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS	REV.	INICIAL
		DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL	RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

A solicitação para emissão do TVO deve ser protocolada por meio do e-mail: [protocolo.eng@ricambiental.com.br](mailto:protocolo.eng@ricambiental.com.br), mediante apresentação das documentações necessárias e obrigatórias:

- 1) Encaminhar o [Formulário RIC/FORM/ENG/004](#), preenchido e assinado (*clique sobre o nome do formulário para acessar*);
- 2) Certidão de Diretrizes que originou os projetos aprovados;
- 3) Projetos aprovados de água e esgoto;
- 4) Projetos de água e esgoto *As Built* – como construído, se houver;
- 5) Projeto de montagem hidromecânica de elevatórias e estações de água e esgoto;
- 6) Memoriais descritivos e de cálculo;
- 7) Matrículas das unidades e gleba;
- 8) Alvará expedido pela Prefeitura Municipal de Marília, em PDF;
- 9) Decreto de aprovação do empreendimento expedido pela Prefeitura;
- 10) Sistemas Elétricos (EEE, reservatórios e poços):
  - a. Conta de energia CPFL para transferência de titularidade;
  - b. Projeto elétrico / diagrama unifilar / esquema de comando;
  - c. Memorial de cálculo elétrico;
  - d. Manual de operação e manutenção;
  - e. Informações técnicas das bombas (potência, modelo, fabricante, vazão, altura manométrica e etc.).
- 11) Licenças e Autorizações:
  - a. Em Área de Preservação Permanente (APP): Autorização de Intervenção em APP e TCRA emitidos pela CETESB;
  - b. Para travessias, poços e lançamentos em corpos hídricos: outorgas emitidas pelo SP Águas e documentos complementares;
  - c. Para faixas de servidão: autorizações dos proprietários ou órgãos competentes, identificação da área e matrículas atualizadas contendo a servidão de passagem.
- 12) Documentação de Poços:
  - a. Outorga de direito de uso ou licença de perfuração;
  - b. Avaliação hidrológica;

**RICAMBIENTAL – ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA S/A**

CNPJ: 57.087.515/0001-98  
 Av. Santo Antônio, nº 1817 – Telefone (14) 3434-0220  
[ricambiental.com.br](http://ricambiental.com.br)

	CADERNO TÉCNICO:	RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS	REV.	INICIAL
		DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL	RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

- c. Perfil litológico;
- d. Análises físico-química e bacteriológica atualizadas.

#### 4.6. Etapa 06 – Contrapartida

A contrapartida está prevista na Lei Complementar nº 830/2018 e será definida na Certidão de Diretrizes, com base na disponibilidade hídrica e na capacidade do sistema público. Nos casos em que não for indicada a perfuração de poço, será exigida contrapartida financeira, onde as condições e formas de pagamento serão tratadas junto ao Setor Financeiro da Concessionária.

A interligação do empreendimento ao sistema somente será realizada após a negociação e formalização do pagamento da contrapartida.

Os custos de interligação não estão incluídos na contrapartida e serão calculados separadamente, conforme as características e o método executivo adotado.

#### 4.7. Etapa 07 – Interligações de água e esgoto

Após a aprovação dos projetos dos SAA e SES, da execução das obras internas e da formalização da contrapartida, o empreendedor poderá solicitar a interligação à rede pública.


As interligações aos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário são realizadas exclusivamente pela RIC. Conforme o Art. 123 do Regulamento da Concessionária, a ligação de qualquer canalização às redes públicas de água ou esgoto sanitário está sujeita à aplicação de multa, independentemente de notificação prévia. Para esse serviço, não há emissão de taxa.

A solicitação para execução das interligações deve ser protocolada por meio do e-mail: [protocolo.eng@ricambiental.com.br](mailto:protocolo.eng@ricambiental.com.br), mediante apresentação das documentações necessárias e obrigatórias:

- 1) Encaminhar o [Formulário RIC/FORM/ENG/005](#), preenchido e assinado (*clique sobre o nome do formulário para acessar*);
- 2) Certidão de Diretrizes que originou os projetos aprovados;
- 3) Projetos aprovados de água e esgoto;
- 4) Projetos de água e esgoto *As Built* – como construído, se houver;

**RICAMBIENTAL – ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA S/A**

CNPJ: 57.087.515/0001-98  
Av. Santo Antônio, nº 1817 – Telefone (14) 3434-0220  
[ricambiental.com.br](http://ricambiental.com.br)

	CADERNO TÉCNICO:	RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS	REV.	INICIAL
		DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL	RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

5) Alvará expedido pela Prefeitura Municipal de Marília, em PDF.

#### 4.8. Etapa 08 – Individualização cadastral

Essa etapa consiste na criação dos cadastros para medição individualizada do consumo de água e esgoto por unidade habitacional/lote, vinculando cada unidade aos respectivos proprietários.

A solicitação deve ser protocolada por meio do e-mail: [protocolo.eng@ricambiental.com.br](mailto:protocolo.eng@ricambiental.com.br), mediante apresentação das documentações necessárias e obrigatórias:


- 1) Preenchimento dos formulários de individualização, conforme tipo de empreendimento:
  - a. [Formulário RIC/FORM/ENG/006](#) (clique sobre o nome do formulário para acessar): Edificações prediais verticais;
  - b. [Formulário RIC/FORM/ENG/007](#) (clique sobre o nome do formulário para acessar): Empreendimentos horizontais com unidades habitacionais;
  - c. [Formulário RIC/FORM/ENG/008](#) (clique sobre o nome do formulário para acessar): Empreendimentos horizontais sem construção (loteamentos).
- 2) Certidão de diretrizes que originou os projetos aprovados;
- 3) Projetos aprovados de redes de água;
- 4) Projeto urbanístico aprovado pela Prefeitura;
- 5) Alvará de construção;
- 6) Lei de nomeação das vias;
- 7) Matrícula da gleba.

A planilha de individualização deve ser entregue com antecedência mínima de **30 (trinta) dias corridos** da entrega das unidades aos proprietários. Para esse serviço, não há emissão de taxa.

O preenchimento correto dos formulários de individualização é de responsabilidade do empreendedor, sendo condição indispensável para continuidade do processo. Informações incompletas, inconsistentes ou divergentes poderão suspender a análise até a regularização.

**RICAMBIENTAL – ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA S/A**

CNPJ: 57.087.515/0001-98  
 Av. Santo Antônio, nº 1817 – Telefone (14) 3434-0220  
[ricambiental.com.br](http://ricambiental.com.br)

	CADERNO TÉCNICO:	RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS	REV.	INICIAL
		DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL	RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

Mesmo unidades/lotos vazios e/ou não comercializados devem constar no formulário, contendo identificação do proprietário responsável e endereço completo.

Os hidrômetros destinados às áreas comuns, como piscinas, áreas de recreação e demais dependências coletivas, também devem constar no formulário, com identificação do responsável, seja condomínio ou empreendedor.

Deve ser prevista, no projeto hidráulico, a instalação de hidrômetro para aferição do consumo global do empreendimento, bem como hidrômetros individualizados para cada unidade autônoma, instalados em local de fácil acesso para leitura, manutenção e conservação.

A RIC Ambiental não fornece e nem instala hidrômetros para novos empreendimentos, cabendo ao empreendedor/condomínio executar integralmente as instalações, em conformidade com as diretrizes técnicas da Concessionária.


Os condomínios e edificações prediais verticais podem solicitar consumo individualizado, desde que atendam às disposições da Lei Ordinária nº 7.970/2016 e às diretrizes técnicas da Concessionária.

#### **4.9. Etapa 09 – Recebimento das Infraestruturas**

A Concessionária somente receberá como doação, e, portanto, só poderá operar as estruturas que estiverem aprovadas junto ao Setor da Engenharia, que tenham sido acompanhadas e fiscalizadas ao longo de sua execução, concluídas e aprovadas, onde todos os critérios exigidos tenham sido satisfeitos conforme documentações pertinentes e demais especificações.

A RIC Ambiental não realiza o recebimento parcial de sistemas isolados, como apenas poços, reservatórios, estações elevatórias ou ETEs, devendo o recebimento abranger integralmente todas as estruturas dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do empreendimento.

Após a formalização da doação das infraestruturas, passa a vigorar o prazo legal de garantia previsto no Art. 618 da Lei nº 10.406/2002, correspondente a 5 (cinco) anos, referente à solidez, segurança dos serviços executados e materiais empregados pelo empreendedor.

	CADERNO TÉCNICO:	RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS	REV.	INICIAL
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL	DATA	20/05/2026
		RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL


Nesta etapa, devem ser fornecidas todas as documentações e informações necessárias para incorporação das infraestruturas aos cadastros técnicos da Concessionária, em formatos PDF e DWG.

A solicitação deve ser protocolada por meio do e-mail: [protocolo.eng@ricambiental.com.br](mailto:protocolo.eng@ricambiental.com.br), mediante apresentação das documentações necessárias e obrigatórias:

- 1) Encaminhar o [Formulário RIC/FORM/ENG/009](#), preenchido e assinado (*clique sobre o nome do formulário para acessar*);
- 2) Certidão de Diretrizes que originou os projetos aprovados, em PDF;
- 3) Projetos de água e esgoto aprovados, em DWG/PDF;
- 4) Projetos *As Built* – como construído, das redes de água e esgoto, ramais domiciliares de água e esgoto, estações elevatórias, reservatórios e emissários, em formato PDF/DWG, para cadastramento das infraestruturas nos sistemas da Concessionária;
- 5) *Databook* completo;
- 6) Projeto urbanístico aprovado pela Prefeitura Municipal de Marília, em PDF;
- 7) Memoriais descritivos e de cálculo, em PDF;
- 8) Matrículas das unidades e gleba;
- 9) Matrículas atualizadas das áreas das unidades operacionais, em PDF;
- 10) Alvará expedido pela Prefeitura Municipal de Marília, em PDF;
- 11) Decreto de aprovação do empreendimento, em PDF.
- 12) Sistemas Elétricos (EEE, reservatórios e poços):
  - a. Conta de energia CPFL para transferência de titularidade;
  - b. Projeto elétrico / diagrama unifilar / esquema de comando;
  - c. Memorial de cálculo elétrico;
  - d. Manual de operação e manutenção;
  - e. Informações técnicas das bombas (potência, modelo, fabricante, vazão, altura manométrica, etc.).
- 13) Entrega física ao Setor de Engenharia – Av. Santo Antônio, 1817 – Somenzari, Marília SP
  - a. Manuais, garantias, certificados e documentações físicas pertinentes;
  - b. Chaves de cadeados, portas e acessos operacionais;

**RICAMBIENTAL – ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA S/A**

CNPJ: 57.087.515/0001-98  
Av. Santo Antônio, nº 1817 – Telefone (14) 3434-0220  
[ricambiental.com.br](http://ricambiental.com.br)

	CADERNO TÉCNICO:	RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS	REV.	INICIAL
		DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL	RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

c. Equipamentos reserva previstos em projeto.

#### 14) Licenças e Autorizações:

- Em Área de Preservação Permanente (APP): Autorização de Intervenção em APP e TCRA emitidos pela CETESB;
- Para travessias, poços e lançamentos em corpos hídricos: outorgas emitidas pelo SP Águas e documentos complementares;
- Para faixas de servidão: autorizações dos proprietários ou órgãos competentes, identificação da área e matrículas atualizadas contendo a servidão de passagem.

#### 15) Documentação de Poços:


- Outorga de direito de uso ou licença de perfuração;
- Avaliação hidrológica;
- Perfil litológico;
- Análises físico-química e bacteriológica atualizadas.
- Documentação do representante legal: Nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão, cidade de domicílio, RG, CPF.

A RIC Ambiental pode atestar a conclusão das infraestruturas, desde que estejam em conformidade com a legislação vigente e normas técnicas aplicáveis, sem que isso implique, necessariamente, no recebimento das infraestruturas.

As áreas, instalações e equipamentos destinados aos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que venham a ser operados e mantidos pela Concessionária, serão cedidos e incorporados, sem ônus, ao patrimônio público, mediante formalização do Termo de Recebimento.

Para loteamentos abertos e fechados, por se tratarem de áreas públicas, a RIC Ambiental recebe, opera e realiza a manutenção das infraestruturas, desde que estejam executadas em conformidade com as diretrizes técnicas e normas aplicáveis.

Para condomínios horizontais e verticais, por se tratar de áreas privadas, a RIC Ambiental não realiza o recebimento das estruturas internas, incluindo redes de distribuição de água, coleta de esgoto, poços, reservatórios, estações elevatórias, estações de tratamento e etc., permanecendo sob responsabilidade do empreendedor e/ou condomínio a operação, manutenção e conservação das infraestruturas.

	CADERNO TÉCNICO:		RIC/CT/ENG/EMP/001	
	DIRETRIZES PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS		REV.	INICIAL
			DATA	20/05/2026
APROVAÇÃO:	SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA: LUCIANO DANIEL		RESP.	ENGENHARIA COMERCIAL

Ainda que não haja recebimento das estruturas internas dos condomínios horizontais e verticais, o empreendedor deve atender integralmente às legislações vigentes, normas técnicas aplicáveis e requisitos mínimos estabelecidos pela Concessionária, visando possibilitar a interligação dos sistemas internos aos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário concedidos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos específicos, situações não previstas ou demandas que não constem neste documento podem ser encaminhados à Concessionária para análise individual, que avaliará a melhor solução.

A RIC Ambiental permanece à disposição para esclarecimentos e orientações por meio dos canais de atendimento: telefone (14) 3434-0220, e-mail [protocolo.eng@ricambiental.com.br](mailto:protocolo.eng@ricambiental.com.br) e atendimento presencial na Av. Rio Branco, nº 173, Centro, Marília.

O atendimento junto ao Setor de Engenharia pode ser realizado mediante agendamento prévio, através do e-mail [protocolo.eng@ricambiental.com.br](mailto:protocolo.eng@ricambiental.com.br).

Elaboração:

**ENG.<sup>a</sup> SKARLATH BENEGA**

ANALISTA DE ENGENHARIA

**ENG.<sup>a</sup> JESSICA NASCIMENTO**

ANALISTA DE ENGENHARIA

Conferência:

**ENG.<sup>o</sup> AUGUSTO DIRCEU DAHER**

COORDENADOR DE ENGENHARIA

**ENG.<sup>o</sup> LUCIANO DANIEL**

SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA

**RICAMBIENTAL – ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA S/A**

CNPJ: 57.087.515/0001-98  
Av. Santo Antônio, nº 1817 – Telefone (14) 3434-0220  
[ricambiental.com.br](http://ricambiental.com.br)